



Intervenção do Ministro da Administração Interna na  
cerimónia de apresentação de resultados dos Planos de  
Cooperação para a segurança nas Zonas Balneares

Matosinhos, 02 de outubro de 2023

Bom dia a todos e a todas,

Gostaria de começar por agradecer à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos a proposta de estabelecimento deste plano de colaboração para reforço de segurança nas zonas balneares de Matosinhos e desta orla costeira, o qual foi de imediato aceite, pelo Ministério da Administração Interna e pelo Ministério da Defesa Nacional, porque quando lhe falei desta possibilidade, a Senhora Ministra da Defesa Nacional mostrou disponibilidade para participar nesta iniciativa.

Portanto, começo em primeiro lugar, por cumprimentar e agradecer à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, aos senhores vereadores, às senhoras vereadoras, aos demais

eleitos dos diferentes níveis de responsabilidade da administração local democrática.

Quero, por outro lado, agradecer e cumprimentar a Senhora Ministra da Defesa Nacional, que tem aqui também uma responsabilidade muito relevante, na medida em que este projeto de cooperação, é um projeto de cooperação a nível nacional, noutras praias e noutros locais do nosso país.

Este projeto inspira-se num outro que tem já muito tempo, nomeadamente o Algarve Seguro. E, é a partir da experiência do Algarve Seguro, que se desenvolve depois o modelo que apresentámos para a Área Metropolitana de Lisboa mais segura no período do Verão. Apresentámos também nos Clérigos o projeto para a Área Metropolitana do Porto mais segura, em cooperação entre a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana.

Lançámos ainda o plano de segurança para as praias que apresentavam indícios de suscitarem maior cuidado e maior atenção, nomeadamente as praias da linha de Cascais e também a praia de Matosinhos, que se prolonga depois por esta frente de mar até Vila do Conde, Póvoa de Varzim e outras localidades.

Portanto, gostaria de agradecer à senhora Ministra da Defesa Nacional esta cooperação que se estabeleceu. Uma cooperação partilhada entre os nossos dois Ministérios, as nossas forças e os nossos serviços, para podermos corresponder também às inquietações e preocupações dos autarcas. E, fundamentalmente, aqui, vale a pena sublinhar esta vontade da cooperação reforçada, na

medida em que, todas as nossas forças e os nossos serviços não raras vezes nos dão conta da exiguidade dos seus recursos para as missões que lhe são cometidas. Ora, se os recursos são exíguos, mais se torna indispensável a cooperação reforçada dos meios e dos recursos do Estado.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, o senhor Professor António Cunha, a quem também agradeço aqui a expressão do poder local de toda a nossa região, que se articula com a senhora Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Saúdo o senhor Diretor Nacional Adjunto da Polícia de Segurança Pública, superintendente-chefe Paulo Lucas. Julgo que esta é mesmo a primeira vez em que está presente nesta condição de Diretor Nacional Adjunto, responsável pelas operações da Polícia de Segurança Pública.

Cumprimento também o senhor Adjunto do Comandante Nacional responsável pelas operações da Guarda Nacional Republicana, senhor Major-General Borlido da Rocha e também agradeço a sua presença.

Saúdo o senhor Vogal do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, que aqui se encontra connosco, bem como o senhor Vice-Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, o senhor Comandante do Comando Territorial do Porto da Guarda Nacional Republicana, a senhora Comandante Distrital do

Porto, em suplência, da Polícia de Segurança Pública, o senhor Diretor Regional do Norte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que tem tido aqui uma missão muito especial, a quem também quero agradecer publicamente, o senhor Comandante Regional da Polícia Marítima, a quem agradeço as palavras que aqui deixou em demonstração de que são diretos beneficiários do trabalho que se faz a montante por parte da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana. E é bom ouvir da sua voz que efetivamente este plano teve efeitos concretos na redução do número de ocorrências, portanto, cumpriu uma função de dissuasão de atitudes e de comportamentos lesivos da tranquilidade, da segurança e da ordem pública.

Saúdo ainda o senhor Diretor Municipal do Gabinete de Segurança e Proteção Civil da Câmara Municipal de Matosinhos, Superintendente António Salgado Rosa, a quem também agradeço o trabalho que tem desenvolvido, e o 2º Comandante Sub-Regional de Emergência e de Proteção Civil da Área Metropolitana do Porto, o Comandante Leonel Alves.

A todas e a todos, quero agradecer pela vossa presença e por todo o vosso apoio e trabalho que aqui desenvolveram.

Gostaria de deixar algumas notas que são muito importantes no tempo que vivemos.

E a primeira grande afirmação tem a ver com o seguinte: Portugal, entre janeiro e fim de agosto, teve 20 milhões de hóspedes, ou seja, neste período verificou-se um crescimento de 15.4 %.

No Porto e Norte tivemos mais 3.8 milhões de hóspedes, ou seja, mais 18.9 % de visitantes. Significa isto que nós praticamente temos 2 vezes mais a população portuguesa a viver, a conviver, durante o dia e durante a noite, a usufruir das nossas praias, dos nossos restaurantes, dos nossos hotéis.

E, é importante termos consciência de que, quando se fala da exigência de segurança coletiva, do que estamos a falar é da exigência de segurança coletiva para os cidadãos nacionais, mas também para esta abertura que o país tem vindo a fazer e esta procura que o país tem vindo a ter do ponto de vista internacional.

E esta é uma grande exigência para todos os nossos serviços, forças e instituições que garantem a segurança estrutural e que garantem a segurança protetiva. A segurança estrutural tem que ver com as forças que têm autoridade para o uso legítimo da força e a segurança protetiva tem que ver com as dimensões da proteção civil.

E é neste quadro, em que temos cerca de duas vezes a população portuguesa, a conviver, a viver, a investir, a estudar, a trabalhar e a fazer do nosso país uma plataforma de entendimento global, que comparativamente com 2013 verificamos que temos menos 17,6 % de crimes participados em julho e menos 14,2 % de crimes participados em agosto.

E se olharmos para o acumulado de janeiro e até ao fim de agosto, temos menos 11 % de criminalidade geral participada e menos 24% de criminalidade violenta e grave participada, na comparação entre 2013 e 2023. Pese embora, termos praticamente duplicado ou mais do que duplicado o número de hóspedes.

Ora, isto demonstra que a marca de Portugal como um país pacífico é uma marca muito relevante para o nosso desenvolvimento. Estamos todos convictos, basta ouvir aqueles que se deslocam para Portugal, os que investem para aqui comprar segunda habitação, aqueles que procuram estudar e realizar os seus estudos no nosso país. E quando ouvimos a sua expressão pública, uma das marcas que mais sublinham no nosso país é, de facto, a marca de um país pacífico, e seguro.

Estive agora com o meu colega do Interior Esloveno, no Conselho JAI, que me dizia que o filho está a estudar em Portugal, sendo que uma das razões para a sua escolha residiu no facto de Portugal ser um país seguro.

Esta é uma característica de abertura do povo português, ela é também, naturalmente, o resultado do esforço do trabalho das forças e dos serviços de segurança que cooperam entre si, como aqui se pode ver, para podermos manter estes níveis de eficiência na segurança pública, na segurança do nosso espaço público esse é um bem essencial à coesão e ao desenvolvimento do nosso país.

Queria dar conta de que os números são também muito expressivos no que respeita a Matosinhos. Aliás, Matosinhos reduz mais de 20% da criminalidade participada, o que é um dado muito significativo e que mostra que estamos em territórios muito pacíficos, pese embora, naturalmente, episódios que vão ocorrendo e devam merecer a nossa atenção e o nosso especial cuidado.

Ora foi precisamente por observar que havia episódios que estavam a ocorrer, nomeadamente nalguns locais do país, nomeadamente no período de verão, dado o grande afluxo. E também porque a convivialidade depois da pandemia trouxe características singulares, que entendemos que deveríamos ter um plano específico para as praias que são objeto de maior afluxo e também de manifestações de convivialidade, que nem sempre são compatíveis com a ordem, com a segurança e com a tranquilidade públicas, nomeadamente aqui, em Matosinhos, e em Carcavelos, na zona de Cascais.

E, portanto, aqui avançamos com este plano, e o que se pode verificar é que os resultados são bons, são positivos, porque como aqui foi dito pela Polícia Marítima e pela Autoridade Marítima, verificava-se que havia regularmente queixas daquilo que era a expressão dessa convivialidade, por força do seu fluxo que se fazia à praia de Matosinhos. O que aconteceu é que este ano, por força precisamente da visibilidade policial e do patrulhamento que foi realizado, esses indícios e essas preocupações dos cidadãos diminuíram de forma drástica, como se pôde ver nos números que aqui nos foram apresentados.

Significa, portanto, que poderemos continuar com esta experiência. Ou seja, esta experiência é boa, ela mostrou resultados e devemos começar no outono a preparar a chegada da primavera e do verão, porque sabemos também que agora a distinção entre as estações é bastante mais difícil. Deve existir uma maior elasticidade na forma de responder às necessidades que são detetadas. Como aliás está a acontecer com outros riscos e ameaças, nomeadamente os riscos de incêndios rurais.

Hoje, temos de ter uma elasticidade no próprio dispositivo para se adequar às necessidades. E, portanto, fica aqui um desafio para as nossas forças e os nossos serviços, à senhora Ministra da Defesa. Um convite para manter esta cooperação connosco, no sentido de podermos trabalhar já no planeamento do nosso modelo de policiamento de proximidade para o ano de 2024.

Deixo ficar uma última palavra que tem a ver com o seguinte. Nós temos hoje como orientação política fundamental para a nova Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública e para o novo Comando da Guarda Nacional Republicana, que a prioridade deve ser o patrulhamento de proximidade. Essa é a prioridade das prioridades.

Os nossos concidadãos querem ver polícias nas ruas, querem dialogar com eles, querem criar uma relação de confiança, como aliás, se pôde ver na Jornada Mundial da Juventude, quando espontaneamente os cidadãos tiveram manifestações de alegria e de satisfação com as suas forças de segurança.



E isto é a demonstração de que os cidadãos confiam nas suas forças de segurança. O estudo que foi feito aqui no Comando Metropolitano do Porto, ainda pela senhora superintendente-chefe Paula Peneda mostrava que mais de 80% dos cidadãos consideravam “bom” ou “muito bom” o trabalho da Polícia de Segurança Pública e das nossas forças de segurança.

As forças de segurança estão entre as que suscitam maior confiança nos cidadãos, mais do que muitas outras instituições. E estamos mesmo entre os países da OCDE em que os cidadãos mais confiam nas suas forças de segurança.

Ora, este é um valor fundamental e tem de ser e deve ser preservado e valorizado. E para esse efeito, a cooperação reforçada foi ensaiada, nomeadamente neste verão, com os planos de cooperação entre a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana.

E o Senhor Comandante territorial disse que ainda é possível ir mais longe se bem ouvi as suas palavras. Ou seja, a Guarda Nacional Republicana diz que ainda está disponível para ir mais longe nessas ações de cooperação em que uma força de segurança solicita o apoio da outra. E, portanto, há que ter esta abertura, esta capacidade, porque como se vê no fim do dia, todos ficam a ganhar.

E ficam sobretudo a ganhar os portugueses, os cidadãos, que olham para as suas forças de segurança e percebem que esse espírito de cooperação se sobrepõe muitas das vezes a identidades

institucionais que estão mais fechadas sobre si próprias. Elas devem-se abrir sobre os outros, porque isso dá de facto uma capacidade e um músculo para atuar mais sólidos e isso é muito importante para a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Porque bem sabemos que o bem da segurança é como a saúde: só se dá por falta dele quando não se tem.

Ora, portanto, o trabalho preventivo, a cooperação para esse trabalho preventivo, um plano de meios e de recursos ao dispor dos cidadãos é mesmo a nossa orientação política fundamental.

E queria aqui agradecer o trabalho dos serviços e das forças que cooperaram neste projeto, que agora vai ter continuidade e tem condições para se aprofundar e para se desenvolver.

A prova de que precisamos de cooperar é que ainda agora de seguida vou ter uma reunião com as “Equipas Mistas”, que reúnem o Ministério Público, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana, os Serviços Prisionais, os Serviços de Informações do Estado, a Polícia Judiciária, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e todos se reúnem na mesma mesa para identificarem as ameaças e os riscos, e depois para definir estratégias de trabalho conjunto. É isto que nós aqui estamos hoje a enaltecer e a sublinhar.

Eu queria agradecer a todos o trabalho que aqui fizeram e de uma forma especial à senhora Ministra da Defesa Nacional por também ter acedido, desde a primeira hora, a este convite e a esta expressão de vontade.

E à senhora Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos por também ter mais uma vez estado na linha da frente das medidas e das políticas inovadoras e ter, e bem, sugerido que se pudesse realizar uma sessão de prestação de contas, porque também é uma cultura diversa de fazer política, porque é muito importante que os cidadãos verifiquem que não apenas há a afirmação de um compromisso, mas que esse compromisso tem resultados concretos na melhoria das condições de vida das pessoas.

Muito obrigado.